

Governabilidade teve a ajuda do Congresso

Apesar disso, a
opinião pública
cobra uma maior
participação dos
parlamentares

Fátima Xavier

Os presidentes da Câmara, Ibsen Pinheiro e do Senado, Mauro Benevides, ambos do PMDB, são unânimes ao afirmar que as relações entre o Congresso Nacional e o atual Governo Federal melhoraram bastante em 1991. As duas Casas favoreceram a governabilidade, o Presidente da República, Fernando Collor, recuou na edição indiscriminada de medidas provisórias, o maior ponto de confronto, entre outros, no ano passado e, juntos, chegaram a algum entendimento pelo menos em torno de temas específicos. Os líderes partidários — e liderados — admitem, no entanto, que houve apenas uma melhora. A maioria qualifica o relacionamento como **péssimo**, não se tem notícia de relações “tão tumultuadas”. Ainda rotulam o Governo de “imperial”, “autoritário” e o acusam até de os tratar como “moleques”.

“O Governo e o Legislativo rivalizam-se em desprestígio junto à opinião pública e nutrem mutuamente suspeitas e ressentimentos”, afirma o líder do PDS, Victor Faccioni, alertando para o fato de que não há caldo de cultura mais propício à crise institucional. “O Presidente da República tem a caneta e o **Diário Oficial**, não precisa de nada, nem de amigo”, reage o deputado e ex-ministro da Fazenda Delfim Netto (PDS/SP). Delfim acusa os dois

Poderes de se ignorarem **soberbamente** ao longo do ano. E culpa o sistema presidencialista. “Nas próximas eleições, se tivermos sorte, teremos um sistema parlamentarista, as coisas serão mais fáceis”, garante, principalmente se conseguirem aprovar uma boa lei partidária que reduza o número de partidos e reintroduza a fidelidade partidária, além de uma nova lei eleitoral que estabeleça o voto distrital misto. Para 1992? O ex-ministro deseja a todos um bom 1993.

“Poderíamos ter avançado mais, enquanto Legislativo, se houvesse um canal de entendimento permanente com o Executivo — o presidente Collor poderia ser menos arrogante, mais humilde e levar realmente a sério a situação da população brasileira”, disse o presidente da Comissão do Trabalho, deputado Amaury Muller (PDT/RS), que acredita em algum sucesso, se o Presidente da República tentar se articular como Congresso Nacional e outros segmentos da sociedade como trabalhadores e empresários. Quer um procedimento que altere o método de ação política do Governo.

“Precisamos de um estadista e não de um superatleta que exhibe, semanalmente, para a mídia eletrônica, suas qualidades de fundista”, afirmou, recomendando a Collor que deixe a solidão do Palácio do Planalto e “venha para a planície”. O Presidente, na sua opinião, recusou o suporte político até mesmo dos partidos que **graciosamente** se ofereceram.

Trono Papal — “É preciso que o Presidente abandone o trono papal que não corresponde à sua condição de supremo mandatário de uma Nação que está caindo aos pedaços”, insiste Muller. E cobra do Governo uma política

Relações entre
Executivo e
Legislativo não
foram fáceis,
mas Ibsen
e Benevides
apoiaram diálogo



FOTOS: ARQUIVO



econômica que permita um mínimo de dignidade para a população brasileira. Quando o trabalhador pleiteia alguma garantia de emprego ou melhores salários encontra obstáculos intransponíveis que é a intransigência do Governo. “Como pode falar em nome dos empresários, ao defender a livre negociação, se ele próprio os tem chamado de gananciosos e desonestos?”, questiona.

“O Presidente deixou de usar medidas provisórias mas continua vetando o que o Congresso aprova, resultado inclusive de negociações com seus próprios líderes”, disse o líder do PT, José Genoíno. Na sua opinião, ou o Congresso assume **de fato** parte da responsabilidade para enfrentar os problemas nacionais — e o Governo precisa aceitar isso — ou haverá um aprofundamento dessa crise sem perspectiva de solução. E recomenda pelo menos três me-

das emergenciais: reforma ministerial, com um programa concreto de Governo, apuração das denúncias de corrupção e, finalmente, “a discussão, em mão-dupla, das pautas prioritárias que interessam não apenas ao Governo como ao Congresso”.

Genoíno lembra que o Executivo passou um longo tempo omissivo até apresentar uma pauta de prioridades ainda que unilateral que foi o **Projeto** mas, além de não estimular o debate, articulou-se agora com parte do Congresso para **passar a rolagem** da dívida dos estados e municípios. “Acho que tivemos uma relação equivocada, autoritária, às vezes omissa e principalmente atropeladora”, afirmou.

Para o líder do PC do B, Haroldo Lima, o Governo ganhou quase todas as batalhas e quando perdia vetava e o Legislativo se curvava à vontade do Executivo. O Congresso perdeu diversas

oportunidades de apresentar à população, derrubando os vetos, uma política salarial condizente com as suas necessidades e com as possibilidades do País. Preferiu **capitular** frente ao Governo Federal. Lima, como a maioria praticamente absoluta do Congresso, considera a questão salarial como o maior entrave nas relações entre o Executivo e Legislativo.

O líder do PCB, Roberto Freire, acrescenta: “O País está sem rumo pois não se tem perspectivas do que e para onde o Executivo quer ir”. Isso provoca uma **inércia** no Parlamento, deixando os partidos políticos perplexos e, assim, nem o Congresso, nem o Governo, acabam por apontar soluções para os problemas. “É preciso que o Executivo saiba que, aqui, existem partidos de oposição responsáveis que não desejam a ingovernabilidade, o tanto pior melhor, mas que juntos se encontre um caminho”, afirmou.